

n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

6 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13 677/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 27 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manish Gokal, natural de Louis Trichardt, República da África do Sul, de nacionalidade sul-africana, nascido em 19 de Outubro de 1957, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

6 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho (extracto) n.º 16 503/2007

Pela deliberação de mesa n.º 583/2007, de 24 de Maio, da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e por despacho de 29 de Junho de 2007 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi Jorge Manuel Barbosa de Magalhães Brandão, assistente administrativo especialista do quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, transferido, nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, para o quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sendo integrado na carreira de apoio à investigação e fiscalização na categoria de especialista-adjunto de nível 2, ficando posicionado no escalão 4, índice 337. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2007. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Centro de Estudos Judiciários

Despacho (extracto) n.º 16 504/2007

Por despacho de 26 de Junho de 2007 da directora do Centro de Estudos Judiciários, no exercício de competência delegada, precedido de autorização por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 6 de Junho de 2007, foi o licenciado Manuel Frederico Lourenço Pacheco Ferreira, procurador-adjunto, nomeado para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente do Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º, n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no período de 15 de Setembro de 2007 a 15 de Julho de 2008.

2 de Julho de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Despacho (extracto) n.º 16 505/2007

Por despacho da directora do Centro de Estudos Judiciários de 26 de Junho de 2007, no exercício de competência delegada, precedido de autorização por deliberação de 6 de Junho de 2007 do Conselho Superior do Ministério Público, foi o licenciado José Norberto Ferreira Martins, procurador-adjunto, nomeado para exercer, em regime de acumulação e a tempo parcial, as funções de docente do Centro de Estudos Judiciários, ao abrigo dos artigos 81.º, n.ºs 2 e 3, e 83.º,

n.º 1, da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, no período de 15 de Setembro de 2007 a 15 de Julho de 2008.

2 de Julho de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Despacho (extracto) n.º 16 506/2007

Por meu despacho de 26 de Junho de 2007, no exercício de competência delegada, obtida a anuência prévia do conselho directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, foi Clarinda Maria de Sousa Teixeira de Almeida Leitão, assistente administrativa especialista, escalão 5, índice 337, do quadro de pessoal da Sub-Região de Saúde de Coimbra, transferida para idêntico lugar do quadro de pessoal do Centro de Estudos Judiciários, ao abrigo do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Julho de 2007, data a partir da qual se considera exonerada do lugar de origem. (Não carece da fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — O Director-Adjunto, *António Carlos Duarte Fonseca*.

Direcção-Geral de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 16 507/2007

Por meu despacho de 4 de Abril de 2007 e na qualidade de presidente do ex-Instituto de Reinserção Social, a licenciada Cristina Maria Esteves Ferrão Batista Paiva, técnica de justiça auxiliar da carreira de oficiais de justiça, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, requisitada neste Instituto, foi reclassificada como técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social (escalão 1, índice 400). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 16 508/2007

Por meu despacho de 4 de Abril de 2007 e na qualidade de presidente do ex-Instituto de Reinserção Social, a licenciada Ana Paula Peixoto Dias Pereira, escritã auxiliar da carreira de oficiais de justiça, do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração da Justiça, requisitada neste Instituto, foi reclassificada como técnica superior de 2.ª classe da carreira técnica superior de reinserção social (escalão 1, índice 400). (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso n.º 13 678/2007

1 — Nos termos da alínea b) do n.º 6 do aviso n.º 1582-A/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 29, de 9 de Fevereiro de 2006, faz-se público que, por despacho de 26 de Junho de 2007 do Secretário de Estado da Justiça, proferido ao abrigo do despacho de delegação de competências do Ministro da Justiça n.º 11 999/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 115, de 18 de Junho de 2007, foi homologada a acta final de classificação e a lista de graduação final dos candidatos ao concurso de provas públicas para atribuição do título de notário, que se publica em anexo.

2 — De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 6 do aviso referido no número anterior, da decisão homologatória podem os interessados reagir mediante reclamação para o Ministro da Justiça ou impugnação contenciosa, nos termos gerais.

2 de Julho de 2007. — O Presidente, *António Figueiredo*.

ANEXO

Lista de graduação final (concurso de provas públicas para atribuição do título de notário)

Grad.	Nome	Direito privado	Direito público	Direito notarial	Média	Entrevista	Classificação final
1.º	Cláudia Sofia Duarte da Silva Barbas . . .	16,25	20	19,2	18,483	18	18,242
2.º	Sílvia Saraiva de Aguiar Cáceres dos Santos	17	19,7	13,65	16,783	18	17,392
3.º	Vanda Lisa da Rosa Fraga	17,5	17,2	12,7	15,800	18	16,900
4.º	Deolinda Carvalho Saturnino Pascoal	15	14,25	18,4	15,883	17	16,442

Grad.	Nome	Direito privado	Direito público	Direito notarial	Média	Entrevista	Classificação final
5.º	Cláudia Sofia Antunes Martins	16,5	17	12,7	15,400	17	16,200
6.º	Ana Filipa Pinto Figueiredo Duarte de Andrade	15	13,6	13,45	14,017	18	16,008
7.º	Raquel Varandas Monteiro	16,5	16	15,45	15,983	16	15,992
8.º	Cristina Maria Conceição	15,25	19,125	11,8	15,392	16	15,696
9.º	Ana Catarina de Castro Martins	16,75	13,45	12,01	14,070	17	15,535
10.º	Paulo Bruno Ferreira dos Santos	17,5	17,05	9,55	14,700	16	15,350
11.º	Ana Luísa da Costa Rodrigues Ferreira	14,5	14,65	11,9	13,683	17	15,342
12.º	Nuno Miguel Miranda Gonçalves Moreira	15,5	14,65	12,8	14,317	16	15,158
13.º	Cláudia Alexandra Leal Vieira	18	18,325	9,2	15,175	15	15,088
14.º	Sandra Raquel Domingues de Oliveira	15,75	14,1	12,4	14,083	16	15,042
15.º	Maria José Andrade Coutinho	12	15	12,05	13,017	17	15,008
16.º	Sandra Helena Estevão da Silva Santos Pereira	9,5	13,4	12,5	11,800	18	14,900
17.º	Joana de Oliveira Soares de Azevedo	15,75	11,5	10,8	12,683	17	14,842
18.º	Catarina dos Santos Ribeiro Alvarez	13,25	11,75	12,3	12,433	17	14,717
19.º	Ana Teresa Garcia Duarte Regueiro	11,5	14,575	11,15	12,408	17	14,704
20.º	Nuno Filipe Teixeira Barbosa	16,5	18,125	8,05	14,225	15	14,613
21.º	Maria Andreia Meireles Craveiro	10,25	12	13,7	11,983	17	14,492
22.º	Isabel Filipa Pestana Pinto Ferreira Nunes da Silva	16,75	11,5	7,5	11,917	17	14,458
23.º	Graça Maria Moreira de Jesus	15,5	12,225	10,9	12,875	16	14,438
24.º	Bruna Liliana de Almeida Santos	18	13,75	12,55	14,767	14	14,383
25.º	Paulo Guilherme da Rocha Martins	12,5	16,1	12,25	13,617	15	14,308
26.º	Katerina Emilova Kostova	15,25	12,05	10,5	12,600	16	14,300
27.º	Cecília Maria Vaz Ribeiro	16	11,5	9,8	12,433	16	14,217
28.º	Ana Teresa Correia Balula Chaves	11,75	12,15	13,3	12,400	16	14,200
29.º	Sandra Morais Teles Bolhão	17	13	13,1	14,367	14	14,183
30.º	Bruno Filipe Torres Marcos	17,25	10,25	9,4	12,300	16	14,150
31.º	Miguel António Ormonde Dinis Ribeiro	12,5	10,05	14,2	12,250	16	14,125
32.º	Maria Leonor Domingues Garrett e Castro Souto	15,75	14,375	12,15	14,092	14	14,046
33.º	Miguel Assunção Noutel dos Santos	17,5	11,15	7,6	12,083	16	14,042
34.º	Joana Alexandra Trindade Amaral	16,25	12,75	12,7	13,900	14	13,950
35.º	Elisa Maria das Neves Saraiva	14	14,2	10,1	12,767	15	13,883
36.º	Luís Manuel Carvalho Pizarro da Silveira Bravo	11,75	12,35	11,15	11,750	16	13,875
37.º	Júlia Maria dos Santos Lobo Gonçalves Monteiro	9	13,85	12	11,617	16	13,808
38.º	António Alberto Machado Bértolo	14,75	12,75	13,3	13,600	14	13,800
39.º	Maria do Carmo Correia Conceição	15	15,25	10,3	13,517	14	13,758
40.º	Hugo André da Silva Guimarães Barbosa Ribeiro	14,5	12,725	9,65	12,292	15	13,646
41.º	Alexandra Patrícia Lima Arriscado	15	14	10,85	13,283	14	13,642
42.º	Isabel Maria Santos Loureiro (a)	14	9,85	15,9	13,250	14	13,625
43.º	Alexandra Matias Ferreira do Vale (a)	13,5	12	11,25	12,250	15	13,625
44.º	Maria Teresa Brandão Leal	13,5	15,8	10,3	13,200	14	13,600
45.º	Marta Lúcia Cabrita Guerreiro Fernandes	13	11,325	14,8	13,042	14	13,521
46.º	Verónica Nóbrega Vaz	13,75	11,35	10,7	11,933	15	13,467
47.º	João Paulo Marques Rosa	12,75	13	12,9	12,883	14	13,442
48.º	José Augusto Lima Pinto	12,75	14,825	8	11,858	15	13,429
49.º	Ana Maria de Jesus Figueiredo	13	13	12,3	12,767	14	13,383
50.º	Ana de Melo Galdes Sequeira Borges	13	10,775	14,3	12,692	14	13,346
51.º	Sofia Barreto Gomes	15	11,15	8,8	11,650	15	13,325
52.º	Catarina Elisa Gomes da Costa	14	10,275	10,5	11,592	15	13,296
53.º	Joana Cardeal Patrão Freitas dos Santos	15,6	8,05	10,9	11,517	15	13,258
54.º	Sónia Carla Rodrigues Mendes (a)	15,75	8,9	12,8	12,483	14	13,242
55.º	Paula Cristina Dias de Sá (a)	9,5	15,5	15,45	13,483	13	13,242
56.º	Marta Susana da Costa Jorge	15,25	12,225	9,7	12,392	14	13,196
57.º	Ana Fernanda Claro de Almeida	13,75	9,25	14	12,333	14	13,167
58.º	Maria Adelaide Monterroso Freixo	12,5	9,1	14,7	12,100	14	13,050
59.º	José Manuel Barbosa Gonçalves	15,25	14,175	9,8	13,075	13	13,038
60.º	Joana de Faria Maia	13,25	13	12,5	12,917	13	12,958
61.º	Marta Isabel Ribeiro Gomes	13	9,3	13,1	11,800	14	12,900
62.º	Pedro Jorge Coelho dos Santos Gonçalves Guerra	9,5	12,7	12,75	11,650	14	12,825
63.º	Lígia Andrea Valadares Fernandes Guedes	14,5	12,625	10,8	12,642	13	12,821
64.º	Goreti da Conceição Pinto Ferreira	15,25	9,55	10	11,600	14	12,800
65.º	Rui Manuel Garcia Valente	6,75	14	14	11,583	14	12,792
66.º	Adelaide Josefa de Campos Videira	11,5	11,25	11,8	11,517	14	12,758
67.º	Sandra Isabel da Cruz Raimundo	9,25	14,85	10,4	11,500	14	12,750
68.º	Lígea Marina Lobarinhas Barros	14,5	10,75	11,4	12,217	13	12,608
69.º	Carlos Manuel Godinho Gonçalves Ares	12,75	12	11,7	12,150	13	12,575
70.º	Amélia de Brito Moura da Silva	14,5	12,45	12,1	13,017	12	12,508
71.º	Vasco André da Silva Rodrigues	12,75	12,8	10,5	12,017	13	12,508

Grad.	Nome	Direito privado	Direito público	Direito notarial	Média	Entrevista	Classificação final
72.º	Joaquim Manuel Vital Ruivo	12	15,05	8,6	11,883	13	12,442
73.º	Carla Celeste Mendonça	14	9,5	11,7	11,733	13	12,367
74.º	Maria do Carmo Augusto Laginhas . . .	9,5	14,75	13,6	12,617	12	12,308
75.º	Susana Maria da Silva Correia Barbosa de Sousa	13	11,675	12,2	12,292	12	12,146
76.º	Patrícia Isabel Marques Fernandes . . .	8,75	10,6	17,5	12,283	12	12,142
77.º	João Gabriel da Silva Loureiro Gonçalves	8,5	15	12,8	12,100	12	12,050
78.º	Maria Antónia Santos Silva de Moura	13	12,5	10	11,833	12	11,917
79.º	Rui Miguel da Costa Leite	9,75	13,85	11,7	11,767	12	11,883
80.º	Joana Raquel Prior Neto	13,75	11,25	9,5	11,500	12	11,750
81.º	Anabela Marques Ministro de Oliveira Antunes	11,5	11,1	12	11,533	11	11,267
82.º	Francisca do Carmo Mendes de Almeida	11,75	10,225	12,6	11,525	11	11,263

(a) Desempate efectuado pelo critério de superioridade da classificação obtida na prova escrita [cf. alínea e) do n.º 4.4 do aviso de abertura do concurso].

Despacho (extracto) n.º 16 509/2007

Com a publicação da Portaria n.º 520/2007, de 30 de Abril, foi fixado em 13 o limite máximo de unidades orgânicas flexíveis do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., designadas por sectores, sendo que, por meu despacho de 22 de Junho de 2007, foram criadas as referidas unidades orgânicas e definidas as respectivas competências, com produção de efeitos a 1 de Maio de 2007.

Atendendo à necessidade de assegurar o normal funcionamento dos serviços, urge nomear os respectivos dirigentes, em regime de substituição, para o exercício dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino:

1 — A nomeação, em regime de substituição, dos seguintes licenciados para os cargos de direcção intermédia de 2.º grau a seguir identificados:

- Licenciado Luís Miguel Viana Lemos Matos Santos, coordenador do Sector de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos;
- Licenciada Margarida Maria Boto Correia Semedo, coordenadora do Sector de Administração de Recursos Humanos;
- Licenciada Maria Margarida Ferreira Baltazar, coordenadora do Sector de Apoio Jurídico aos Recursos Humanos;
- Licenciada Ana Maria Correia da Costa Lopes Claro, coordenadora do Sector de Aquisições, Gestão de Equipamentos e Comunicações;
- Licenciado Samuel Constantino Neves, coordenador do Sector de Infra-estruturas;
- Licenciada Maria de Fátima Lopes de Pina Tadeu, coordenadora do Sector de Gestão Operacional do Cartão do Cidadão.

2 — Todos os licenciados acima referidos reúnem os requisitos legais previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio, com excepção dos dirigentes identificados nas alíneas b) e f), cujos efeitos devem ser reportados, respectivamente, a partir de 15 de Junho e de 1 de Julho.

29 de Junho de 2007. — O Presidente, *António Luís Pereira Figueiredo*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado
do Ordenamento do Território e das Cidades

Rectificação n.º 1135/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 11 191/2007 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 110, de 8 de Junho de 2007, pelo qual foi constituída a comissão de acompanhamento das intervenções da Costa da Caparica, rectifica-se que na alínea h) do n.º 3, onde se lê «Um representante da Junta de Freguesia da Costa

de Caparica» deve ler-se «Um representante da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e um da Trafaria».

4 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 16 510/2007

Por meu despacho de 3 de Julho de 2007, foi Ana José Gomes Pereira dos Santos Tenente, técnica superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, nomeada, por tempo indeterminado, precedendo concurso, na categoria de assessor da mesma carreira, ficando exonerada do lugar anteriormente ocupado a partir da data da aceitação. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Despacho n.º 16 511/2007

1 — Nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo e ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, subdelego no engenheiro Paulo José Gomes Rodrigues da Cruz e na engenheira Sofia Marina Alves Delgado, respectivamente, director de serviços de Águas Interiores e chefe de divisão de Utilizações de Águas Interiores da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, a competência para assinatura da correspondência e de expediente necessários à instrução dos processos sob responsabilidade das respectivas unidades orgânicas e, bem assim, para praticar os actos de licenciamento de utilização do domínio hídrico e proceder à liquidação e notificação para cobrança das respectivas taxas, que me foram delegadas por despacho do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, de 25 de Maio de 2007.

2 — Ratifico, nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelo engenheiro Paulo José Gomes Rodrigues da Cruz e pela engenheira Sofia Marina Alves Delgado, no âmbito dos poderes ora subdelegados, desde 1 de Maio de 2007 e até à data de publicação deste despacho.

25 de Junho de 2007. — A Vice-Presidente, *Maria Valentina Filipe Coelho Calixto*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 16 512/2007

Por despachos de 23 de Maio e de 18 de Junho de 2007, respectivamente da vice-presidente do conselho directivo do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação e da vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa